

Senhor Governador

*Alexandre Ayres

Sr. Governador

Nos próximos dias, o senhor decidirá sobre uma questão espinhosa: está em suas mãos a sanção ou o veto do projeto de lei que proíbe o funcionamento do comércio aos domingos no Distrito Federal. Com esta medida, os deputados da Câmara Distrital pretendem que os estabelecimentos comerciais possam economizar energia elétrica.

Entre os estabelecimentos comerciais que perdem o direito de funcionar aos domingos estão os supermercados, hipermercados, lojas de rua e de shopping centers. Conseguiram preservar sua liberdade de funcionamento os restaurantes, bares, atividades de entretenimento, farmácias e pequenas padarias.

O funcionamento do comércio aos domingos no Distrito Federal vem sendo negociado há mais de 12 anos entre empregados e empregadores. Desde 1998, para funcionar aos domingos, cada lojista vem realizando, por meio dos sindicatos, um acordo individual com seus empregados. Além do que estabelece a CLT, este acordo individual garante ao empregado que trabalha aos domingos comissão do-



Alexandre Ayres

brada e folga antecipada.

Agora, está em suas mãos a decisão final sobre essa questão polêmica e antiga.

Se sancionar, estará atendendo a uma solicitação da maioria da Câmara, em um projeto de lei elaborado pela bancada governista. Estará também enfraquecendo os sindicatos envolvidos e tomando uma decisão que desfavorece a produtividade e o desenvolvimento no DF. Estará gerando desemprego e desalinhando o DF de uma realidade nacional (ou seria mundial?), pois em todas as capitais do País o comércio abre normalmente aos domingos, e gera renda, turismo, impostos e desenvolvimento.

Se vetar, fica tudo como está e o comércio vai encontrar soluções para economizar energia elétrica, mantendo inalterado seu horário de funcionamento. E isso já está sendo feito: segundo a CEB, o Distrito Federal bateu as metas de redução de consumo de energia, com

uma economia de 22% em relação ao mesmo período do ano passado.

Aliás, essa é uma grande vitória, já que o chamamento do governo federal é para economizar energia e não fechar o comércio. É um dever cívico e uma responsabilidade de todo brasileiro alcançar as metas de economia de energia, preservando ao máximo a normalidade do dia-a-dia do cidadão e da atividade produtiva.

Tenho convicção que a discussão do funcionamento do comércio aos domingos não se limita apenas a empregadores e empregados. Essa questão interessa principalmente ao consumidor. Segundo pesquisa do IBOPE, realizada no DF, 77% dos consumidores aprovam o funcionamento do comércio aos domingos. Essa preferência também é demonstrada pelo desempenho das lojas onde o domingo já é o segundo melhor dia de vendas da semana no DF, atrás apenas do campeoníssimo sábado.

Historicamente, o melhor desempenho em vendas aos domingos acontece no comércio das cidades satélites, pois é apenas neste dia que a maior parte dos moradores efetivamente está na cidade. Também são favorecidos os shopping centers, já que oferecem opções de compras e lazer no mesmo ambiente.

Sou administrador de shopping centers e participo da ges-

tão de três empreendimentos na cidade. Meu interesse é obviamente pela liberdade de funcionamento, isso porque convivo cotidianamente com as adversidades que enfrenta o comércio varejista. Conheço as dificuldades dos lojistas, seu tênue equilíbrio financeiro e sei que não é viável abrir mão de um importante dia de vendas como o domingo.

Faço coro com todas as entidades representativas do comércio no DF, que são totalmente contrárias à proibição do funcionamento do comércio aos domingos por uma simples razão: a proibição é uma medida radical, autoritária, desnecessária e de difícil reversão no futuro.

Acredito, também, que o senhor perceberá que esse projeto de lei traz mais problemas que soluções, à medida em que o fechamento do comércio aos domingos não será decisivo para a economia de energia no DF, e que essa lei tornará definitiva uma questão transitória provocada pelo racionamento de energia.

Governador, sei que suas decisões sempre procuram preservar a liberdade e estimular o entendimento e a negociação entre os envolvidos e, por isso, peço o veto a esta lei.

*Alexandre Ayres é superintendente de desenvolvimento dos empreendimentos Brasília Shopping, Terraço Shopping e Taguatinga Shopping.